

continuação

por meio do fomento das potencialidades culturais e das singularidades de cada realidade, por isso, acredita-se na educação como o território que promove acesso e autonomia dos sujeitos, colaborando para que possam ser atuantes na comunidade. Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, o Instituto também tem outras fontes de recursos, destacamos as principais: • **Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades**, tais como venda de mercadorias; • **Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos**; • **Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras**; • **Rendimentos de aplicações e ativos financeiros**.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG "2002-R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002-R1 - Entidade sem finalidade lucros". As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Instituto em 29 de janeiro de 2019.

b. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Conforme definição do CPC 02, estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Gerência do Instituto o uso de estimativas e pressuposições para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação nas operações de ativo, valor do acervo de obras de artes doadas, provisão para perda com estoque obsoleto ou de giro lento, análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos trabalhistas e demais ativos e passivos nas datas dos balanços. **e. Apresentação das demonstrações contábeis:** O Instituto Odeon decidiu apresentar as demonstrações contábeis segregando os recursos restritos do Museu de Arte do Rio e do Theatro Municipal de São Paulo, para um melhor entendimento da posição patrimonial financeira, do desempenho de suas respectivas operações e dos fluxos de caixa, que foram realizados sobre esses recursos.

4. Resumo das principais práticas contábeis: **a. Caixa e equivalentes de caixa (Sem restrição):** São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. **a.1. Recursos vinculados a projetos (com restrição):** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados. **b. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O Instituto reconhece seu ativo imobilizado e intangível vinculados em contrapartida à obrigação não circulante para com o município, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes: • **Móveis e utensílios:** 10 anos; • **Máquinas e equipamentos:** 10 anos; • **Software:** 5 anos; • **Equipamentos de informática:** 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Administração do Instituto está implementando metodologia para revisar anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **c. Fornecedores:** Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal das operações do Instituto. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os fornecedores são classificados no passivo circulante. **d. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **e. Apuração do superávit/déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Tais recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão, termo de colaboração e projetos originados de leis de incentivos fiscais, são registrados da seguinte forma: • **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07 R1; • **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado à débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor; • **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos o débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante. **f. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor do Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Tributos:** Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, não está sujeito à incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, apurado em cada exercício (Lei 9.532/1997). Todavia, contribui com o imposto de renda e a COFINS incidentes sobre os ganhos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável, mediante retenção por parte das instituições financeiras, nas quais as aplicações financeiras são realizadas. Também é contribuinte do ISS sobre os serviços prestados; do ICMS sobre as vendas de mercadorias; da COFINS sobre as receitas não pró-

rias. O Instituto está pedindo a declaração da isenção do ITCMD juntos às Secretarias da Fazenda nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Por tratar-se de um ato meramente declaratório, os assessores jurídicos do Instituto entenderam o direito da isenção sempre existiu, preponderantemente pelas atividades culturais desenvolvidas. **h. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; (ii) menos as amortizações de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente. **i. Trabalhos voluntários:** Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), o Instituto reconhece pelo valor justo da prestação do serviço "voluntário" como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de Receitas Não Vinculadas em contrapartida nas Despesas Não Vinculadas. **j. Gratuidades:** Em atendimento ao item 16 da ITG 2002 (R1), o Instituto reconhece as gratuidades concedidas, que são basicamente os ingressos gratuitos ao Museu e ao Teatro pelo valor efetivamente praticado. **k. Demonstração dos fluxos de caixa:** Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: • **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas do Instituto e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento; • **Atividades de investimentos:** são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais ou de financiamento; • **Atividades de financiamento:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pelo Instituto.

7. Imobilizado: Os detalhes do ativo imobilizado do Instituto estão demonstrados nos quadros a seguir:

CUSTO	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018	
	Acquisições		Acquisições		Acquisições	
MAR						
Máquinas e Equipamentos	2.173.145	58.251	2.231.396	375	2.231.771	
Computadores e periféricos	536.915	21.424	558.339	544	558.883	
Móveis e utensílios	1.969.094	41.627	2.010.721	2.369	2.013.090	
Obras de arte e acervos	-	4.000	4.000	-	4.000	
TMSM						
Máquinas e Equipamentos	1.546.614	1.100	1.547.714	27.314	1.575.028	
Computadores e periféricos	555.778	4.513	560.291	235.611	795.902	
Móveis e utensílios	2.748.322	6.650	2.754.972	332.666	3.087.638	
Audio e vídeo	-	-	-	197.938	197.938	
Instrumentos musicais	-	-	-	246.398	246.398	
DEPRECIACÃO ACUMULADA	4.850.714	12.263	4.862.977	1.039.927	5.902.904	
MAR	9.529.868	137.565	9.667.433	1.043.215	10.710.648	
TMSM	31/12/2016	Depreciação	31/12/2017	Depreciação	31/12/2018	
Máquinas e Equipamentos	(885.401)	(273.942)	(1.159.343)	(223.155)	(1.382.498)	
Computadores e periféricos	(322.479)	(184.733)	(507.212)	(51.164)	(558.376)	
Móveis e utensílios	(718.240)	(31.342)	(749.582)	(201.148)	(950.730)	
TMSM	(1.926.120)	(490.017)	(2.416.137)	(475.467)	(2.891.604)	
MAR						
Máquinas e Equipamentos	-	(38.686)	(38.686)	(26.283)	(64.969)	
Computadores e periféricos	-	(27.936)	(27.936)	(134.791)	(162.727)	
Móveis e utensílios	-	(68.774)	(68.774)	(286.179)	(354.953)	
Audio e vídeo	-	-	-	(26.628)	(26.628)	
Instrumentos musicais	-	-	-	(106.811)	(106.811)	
DEPRECIACÃO ACUMULADA IMOBILIZADO VINCULADO	(1.926.120)	(625.413)	(2.551.533)	(1.056.159)	(3.607.692)	
MAR	2.753.034	(364.715)	2.388.319	(472.179)	1.916.140	
TMSM	4.850.714	(123.133)	4.727.581	459.235	5.186.816	
IMOBILIZADO VINCULADO LÍQUIDO	7.603.748	(487.848)	7.115.900	(12.944)	7.102.956	

O ativo imobilizado reconhecido no Instituto, é integralmente vinculado ao Contrato de Gestão e Termo de Colaboração, e é empregado, exclusivamente, em suas atividades. A Administração do Instituto adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o poder público, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado ao Contrato de Gestão e Termo de Colaboração. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação. Os valores referentes a edificação do Museu de Arte do Rio e seu acervo, foi subtraído do imobilizado em contrapartida da respectiva obrigação no passivo não circulante "contas de compensação", pois houve o entendimento que não existe a transferência de riscos e benefícios desses ativos, uma vez que a vida útil econômica do bem é muito superior ao prazo do contrato de gestão. Os valores são: Edificações R\$ 53.500.000 e Acervo R\$ 26.300.752.

	2018	2017
8. Fornecedores e outras contas a pagar		
MAR - Fornecedores e outras contas a pagar	416.452	177.170
MAR - Seguros a pagar	-	29.156
MAR - Outras contas a pagar (recebimento Pronac indevido)	2.300.000	-
Total	2.716.452	206.326

10. Projetos a executar: A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pelo Instituto e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo):

Projetos a executar	Saldos em 31/12/17		Captação de Recursos e Outros		Rendimentos Financeiros	Imobilização e Depreciação	Devoções	Transferências	Outras Movimentações	Saldos em 31/12/18	
	em Recebidos	Repasses	Recebidos	Créditos						Consumo	em 31/12/18
MAR											
Contrato de Gestão - MAR	2.174.874	8.860.000	1.400.747	202.146	474.405	-	861.288	(375)	(13.863.264)	109.821	
Projeto Plano Anual 2017	1.544.393	-	-	5.560	-	-	(1.551.914)	-	2.010	49	
Projeto Plano Anual 2018	1.560.000	1.700.781	14.737	43.685	-	-	1.440.330	-	(4.381.142)	378.391	
Projetos Amigos do MAR	671.196	127.829	111.860	7.158	(1.851)	-	(619.594)	-	(67.280)	229.318	
Projeto ISS 2017-2018	446.337	-	(37.205)	9.751	-	(933)	(58.022)	-	(353.435)	6.493	
Projeto ISS - Noes	25.387	-	-	-	-	-	-	-	(23.514)	1.873	
Projeto ISS - Justa	62.391	-	-	299	-	-	(62.690)	-	-	-	
Projeto ICMS Leopoldina	85.855	-	-	-	-	-	(85.855)	-	-	-	
Projeto ICMS Escola do Olhar 2018	413.821	-	163	1.140	-	(3)	22.087	-	(429.686)	7.522	
Projeto ISS 2018-2019	-	807.393	-	13.273	-	-	-	-	(171.818)	648.848	
Projeto Plano Anual 2019	-	2.500.310	-	-	-	-	-	-	-	2.500.310	
Total	6.984.254	13.996.313	1.490.302	283.012	472.554	(936)	(54.370)	(375)	(19.288.129)	3.882.625	
TMSM											
Termo de Colaboração	5.263.493	115.000.000	7.551.590	1.886.557	(460.953)	-	-	4.533	(105.817.175)	23.428.045	
Termo de Colaboração - desmobilização	3.928.543	1.214.888	-	-	-	-	-	-	-	5.143.431	
Lei Rouanet Plano anual 2018	1.780.000	3.731.466	(56)	139.200	-	-	-	-	(5.036.355)	614.255	
Lei Rouanet Plano anual 2019	-	750.000	-	340	-	-	-	-	-	750.340	
Total	10.972.036	120.696.354	7.551.534	2.026.097	(460.953)	-	-	4.533	(110.853.530)	29.936.071	
Total	17.956.290	134.692.667	9.041.836	2.309.109	11.601	(936)	(54.370)	4.158	(130.141.659)	33.818.696	

11. Provisão para contingências: O Instituto reconhece a provisão para riscos trabalhistas e cíveis quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança. Com base na análise dos riscos identificados, a Administração da Entidade, mediante opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para demandas administrativas e judiciais para fazer face às perdas com o status de "prováveis", no montante de R\$ 554 mil. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 250 mil para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. Partes relacionadas: O Instituto recebe recursos do poder público e utiliza bens públicos, mediante permissão de uso, para realizar a gestão do

	2018	2017
5. Caixa e equivalentes de caixa		
MAR - Numerário em caixa	500	-
MAR - Bancos conta movimento	167	110
MAR - Aplicações de liquidez imediata	1.186.463	356.009
TMSM - Aplicações de liquidez imediata	69.512	-
Total	1.256.642	356.119
MAR - Numerário em caixa	21.792	38.741
MAR - Bancos conta movimento	5.011.589	1.605.688
MAR - Aplicações de liquidez imediata	2.072.194	6.639.783
TMSM - Numerário em caixa	16.357	5.000
TMSM - Bancos conta movimento	7.422	1.796.224
TMSM - Aplicações de liquidez imediata	34.757.757	16.219.371
Total	41.887.111	26.304.807
MAR	8.292.705	8.640.331
TMSM	34.851.048	18.020.595
Total	43.143.753	26.660.926

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 95% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário. Os recursos vinculados a projetos de Contrato de Gestão e leis de incentivo referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Administração do Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos relacionados.

	2018	2017
6. Contas a receber		
MAR - Duplicatas a receber	17.115	20.017
MAR - Aluguéis a receber	-	650
MAR - Bilheterias a receber	33.439	-
Total	50.554	20.667
TMSM - Bilheterias a receber	203.421	359.555
TMSM - Acordo Bilhetron	436.897	486.897
TMSM - Termo de Colaboração (i)	5.143.431	3.928.544
TMSM - Outros valores a receber	378	-
Total	5.784.127	4.774.996
Total	5.834.681	4.795.663

(i) Referem-se aos valores pagos de férias do período anterior a 01 de setembro de 2017, antes do início da gestão do Instituto, previsto em cláusula do Termo de Colaboração, que deverá ser ressarcido pelo município de São Paulo nº 01/FTMSM/2017.

O Instituto reconhece o valor de caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2018 em R\$ 17.956.290,00, o que representa um aumento de R\$ 5.263.493,00 em relação a 31/12/2017.

	2018	2017
9. Obrigações trabalhistas e encargos sociais		
MAR - Salários a pagar	79.661	333.883
MAR - Provisão de férias e encargos	522.018	624.143
MAR - Adiantamento de férias	(5.760)	(41.693)
MAR - INSS, FGTS, IRRF e PIS	255.182	305.616
Total	851.101	1.221.949
TMSM - Salários a pagar	337.784	2.304.460
TMSM - Salários a pagar - acordo redução	-	1.521.149
TMSM - Provisão de férias e encargos	6.600.727	5.521.843
TMSM - Adiantamento de férias	(2.789.953)	(2.672.058)
TMSM - INSS, FGTS, IRRF e PIS	4.622.946	3.923.980
Total	8.771.504	10.599.374</